



Osvaldo Cabral  
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

DIÁRIO  
inconveniente

## O calvário da Saúde

Já tínhamos o monstro burocrático do sistema administrativo regional e os seus gigantescos tentáculos por tudo onde se mexe, uma galáxia que criamos neste meio século de Autonomia.

Agora, andamos a criar um outro pequeno monstro de burocracia inoperacional que é o sistema regional de saúde.

Bastava olhar para a situação caótica que se vive no sector a nível do país, para percebermos que não queremos uma imitação na nossa Região, mas a ineficácia das políticas, ao longo dos anos, demonstra, todos os dias, o contrário.

Há hospitais e Unidades de Saúde de Ilha (nem todos) que começam a ser vistos pelos doentes como estruturas altamente burocráticas, onde a máquina emperra em cada esquina administrativa ou em cada corredor da doença.

A notícia dos últimos dias de que os pedidos de consulta referenciados pelos Médicos de Medicina Geral e Familiar “são triados e devolvidos quando não reúnem critérios de referenciação hospitalar” e que só após a devolução é solicitado que o médico proceda a reavaliação do doente, leva-nos logo a questionar: então para que serve o médico de família, para complicar?

É tal e qual quando a medicina familiar envia o doente para um especialista, este determina um tratamento específico e o doente tem que voltar à sua unidade de medicina familiar para receber o “passaporte” com o “visto” para o respectivo tratamento. Uma perda de tempo e de burocracia. Isto faz sentido? Mais à frente conto um exemplo.

A outra diligência burocrática incompreensível é não conseguir pôr a funcionar um aparelho de Estimulação Magnética Transcraniana, para tratar os doentes com a doença Machado-Joseph, coisa para funcionar só lá para daqui a uns meses, segundo explicação da Secretária Regional, ficando o equipamento ali, encostado à parede.

Os doentes que esperem, como é padrão do nosso sistema regional de saúde, onde as listas de espera cavalgam dia após dia.

Cada paciente vai ficando com a ideia de que, no meio da rigidez de formalidades supérfluas, se perdeu o sentido de prio-

ridades.

Outro exemplo prático que testemunhamos esta semana: um doente não consegue consulta com o médico de família num pequeno centro de saúde, numa das nossas pequenas freguesias de um grande concelho (“só daqui a dois meses!”), e vai por sua conta e risco a um especialista fisiatra, que lhe receita fazer fisioterapia.

Regressa à unidade de saúde do médico de família para pedir requisição para o tratamento e é recambiado, de papelinho na mão, para o centro de saúde do concelho, “que lhe dirão onde fazer a fisioterapia”.

Chegado ao referido centro de saúde, dizem que houve falha, tem que voltar à origem para ser “referenciado” pelo médico de família e “colocar na plataforma” o tipo de tratamento.

E lá vai o doente, novamente recambiado administrativamente, sempre de papelinho na mão, entregar o dito cujo aos serviços administrativos, “que depois telefonamos para si”, regressando a casa de mãos a abanar, sem saber se morre da doença ou da cura, sobretudo se for um doente idoso e sem transporte próprio para andar cá e lá.

Nesta espécie de via sacra, o doente, carregando a cruz das dores, já vai com quase uma semana à espera que a unidade de saúde lhe rogue a “sentença”!

Na era do digital e dos investimentos gigantescos do PRR para a “transição digital”, a nossa saúde ainda é tratada como no século dezanove.

Pobre de quem é doente nesta terra.

Dizem que a burocracia mata.

É por isso que, antes de perguntarmos à República se nos dão a reforma mais cedo porque morremos mais cedo, devíamos questionar porque razão morremos mais cedo nestas ilhas.

Com um sistema de saúde cada vez mais pesado, emperrado, burocrático, inoperacional, ineficiente e cheio de desperdícios, apesar dos milhões investidos, há, pelo menos, uma certeza: a esperança (de vida) é a última a morrer (sem ironia).

Mas não deixa de ser um calvário.

## Ampliação do HDES será de 50 mil m<sup>2</sup> e outros 30 mil m<sup>2</sup> serão remodelados

O Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada (HDES) anunciou ontem que as versões finais dos dois programas funcionais que vão servir de base às obras de reparação, reorganização e redimensionamento do Hospital, cuja elaboração foi encomendada à ARIPA – Ilídio Pelicano, Arquitectos, Lda. e à Antares Consulting S.L., já foram entregues ao HDES e à Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social.

Nesta fase, adianta o HDES, estes programas funcionais voltam a ser discutidos com as várias direções de serviços clínicos do HDES, visando ajustes finais de funcionalidade nas propostas feitas inicialmente e visando encontrar a melhor solução final na distribuição do espaço e de circuitos.

“Posteriormente, os programas



funcionais serão partilhados com parceiros da sociedade civil, nomeadamente a Ordem dos Médicos e Ordem dos Enfermeiros visando consensualizar as diretrizes que

contêm”, explica a administração do hospital, acrescentando que “o programa funcional, ficará ainda sujeito à apreciação do Governo dos Açores, visando a definição de financiamentos

entre os Governos da República e Regional, pretendendo-se lançar a empreitada de obras públicas que concretizará a solução aprovada para a reparação, reorganização e redimensionamento HDES, neste primeiro semestre de 2025”.

Os programas funcionais identificam a construção de um novo edifício (Novo Corpo Assistencial e Novo Corpo de Urgência e UCI) com uma ampliação e remodelação do atual edifício, novas áreas contíguas para serviços não clínicos, logísticos e redimensionamento do estacionamento.

A nova área a ampliar tem cerca de 50.510m<sup>2</sup> e serão remodelados cerca de 34.510m<sup>2</sup>, dedicando-se ao estacionamento e adequação dos espaços exteriores com uma área de 17.892m<sup>2</sup>.